

Mais da metade das empresas, 56%, não estão devidamente protegidas caso uma fraude aconteça, 21% não estão preparadas para tratar uma denúncia e 21% não sabem se estão. É o que mostra uma pesquisa online que acaba de ser finalizada pelo escritório [Quagliato Advogados](#). Participaram do levantamento executivos e advogados de 48 empresas instaladas no Brasil. A maioria localizada nas regiões sul e sudeste, sendo 25 (52%) de grande porte, e 23 (48%) pequenas e médias com até 500 funcionários. De acordo com Pedro Quagliato, advogado que há 14 anos atua na gestão de compliance e responde por esta área no escritório, o estudo tem como objetivo indicar quais os pontos fracos no combate à corrupção corporativa. O levantamento indica que o risco de fraude nas organizações menores pode contaminar os negócios das maiores, avverte. Isso porque, só 26% das pequenas e médias empresas contra 40% das grandes estão resguardadas contra fraudes e a terceirização é um processo crescente nos negócios.

Um ano depois da entrada em vigor da [Lei anticorrupção 12.846](#) no país que ainda aguarda regulamentação federal, o levantamento também mostra que a nova lei fez 46% das empresas implantarem algum novo mecanismo de controle. Apesar de 44% afirmarem que estão em conformidade com a nova regra, os controles de compliance só são adequados e efetivos para 29%, índice que cai para 13% entre as pequenas e médias empresas.

## Falta transparência

Quagliato lembra que um dos maiores problemas no mundo corporativo é a falta de transparência que está afastando investidores e consumidores depois das fraudes na Petrobras. Ele ressalta que embora 81% das empresas declarem ter um código de ética e/ou políticas internas anticorrupção, só 60% apontam esta ferramenta como um mecanismo para garantir o compliance. "Significa que o conceito não está claro em muitas organizações", observa. O primeiro passo para ter um programa de compliance e fechar as portas para a corrupção é estabelecer regras claras de conduta e ética. Quatro em cada 10 empresas não enxergam isso, destaca.

## Ferramentas

A pesquisa revela que os mecanismos mais utilizados no combate à corrupção são:

- Código de conduta e ética - 60%
- Canal de denúncia - 54%
- Treinamento de funcionários - 52%

O advogado ressalta que 46% das empresas estão expostas a fraudes por falta de um canal de denúncias. As principais vantagens do canal de denúncias é o fácil acesso via site da empresa ou 0800 e a garantia de anonimato do denunciante. Por isso, o advogado diz que quando bem gerenciado e divulgado chega a aumentar em 40% as denúncias e reduz prejuízos causados por ações de má fé.

## Riscos

O estudo também mostra que o mapeamento das relações com terceiros é negligenciado pelas empresas. Só para se ter uma ideia, os treinamentos e auditorias de terceiros são realizados por 23% e 33% dos participantes respectivamente. Quagliato lembra que a lei 12.846 prevê punição ao pagamento de propina, fraude de licitações ou contratos e qualquer ato que prejudique a administração pública nacional ou estrangeira. Por isso, auditoria e o treinamento de terceiros são essenciais. As empresas que não fizerem a lição de casa pagam caro pela negligência. Além das pesadas multas que podem variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto e chegar a R\$ 60 milhões nos casos em que o faturamento não possa ser aferido, o prejuízo à imagem é intangível e pode demorar décadas para ser recuperado, conclui.

**Fonte:** [Olhar Direto](#), em 04.02.2015.